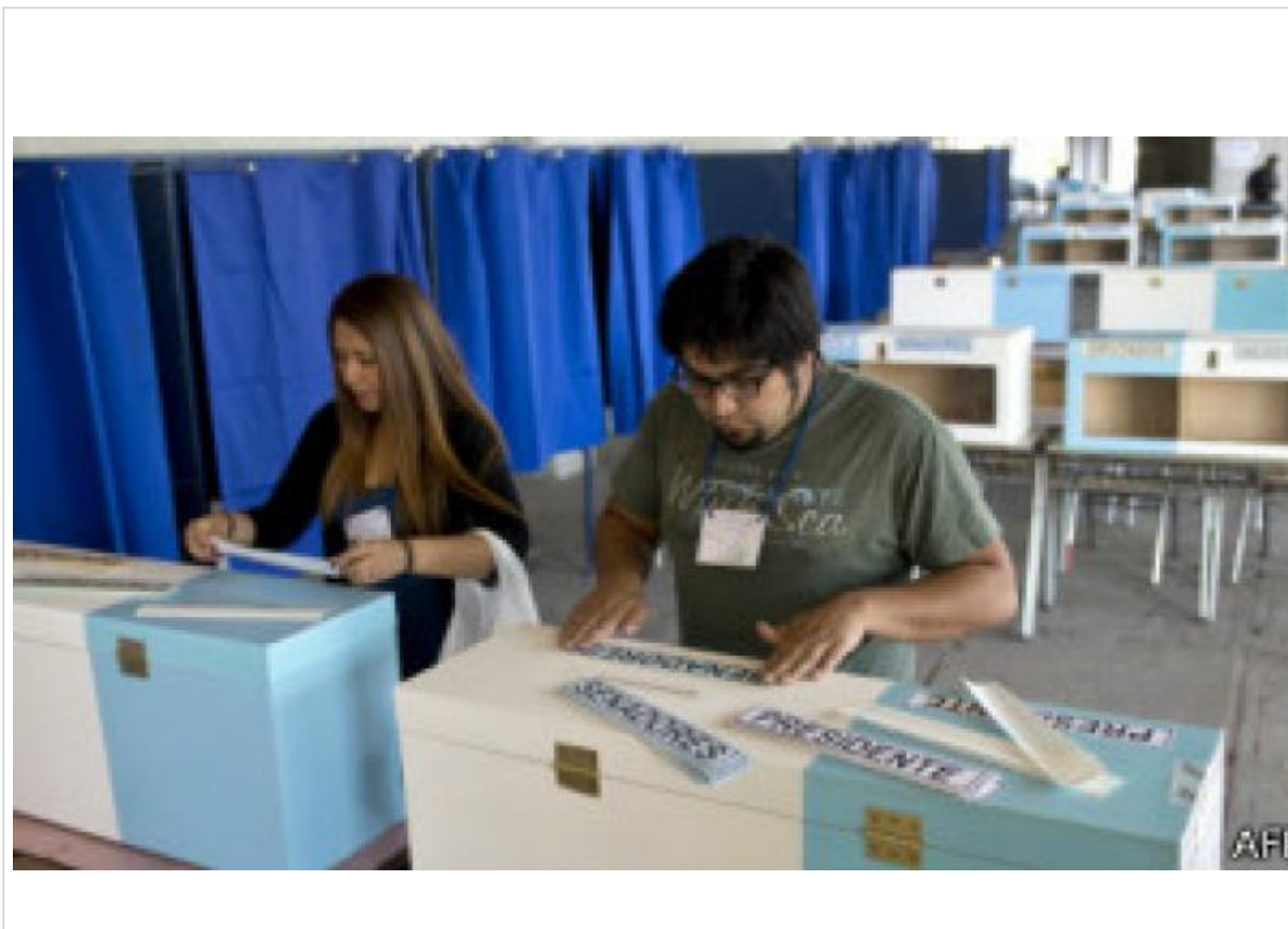


Chile: campanha de plebiscito constitucional



Por: Maria Josefina Arce

A Covid-19, a piora do conflito mapuche e a greve dos caminhoneiros dão caráter especial à campanha do plebiscito constitucional, que acontecerá no Chile em 25 de outubro.

Mais de 14 milhões de chilenos vão depositar seus votos em uma jornada que poderia abrir o caminho para mudanças profundas nesse país.

Aprovo ou rejeito. Estas são as alternativas dos cidadãos, que terão, com seus votos, a possibilidade de modificar uma constituição herdada da sanguinária ditadura do general Augusto Pinochet, uma página triste e obscura na história do Chile.

Se ganhar o SIM, será preciso definir quem vão redigir o documento: uma comissão mista de representantes do povo e parlamentares, em partes iguais, ou uma convenção formada totalmente pelos

membros da assembléia eleita.

Em redes sociais, rádio, televisão e grafites nas ruas, os partidos políticos realizam sua campanha em favor ou contra uma nova Constituição.

Para os partidários do SIM é fundamental uma Constituição que viabilize uma sociedade mais justa e equitativa num Chile profundamente desigual.

Justamente essa desigualdade, disfarçada durante décadas de um modelo econômico supostamente bem-sucedido, conduziu ao atual processo ao desencadear, em outubro do ano passado, grandes protestos sociais.

Por efeito da veemência dos chilenos – que durante dois meses se apoderaram das ruas apesar da violenta repressão – e para calar as críticas contra seu governo, o presidente Sebastián Piñera promulgou em dezembro passado a lei para a realização do plebiscito, que tinha sido marcado inicialmente para abril e adiado para o mês de outubro por causa da Covid-19.

Os que preferem NÃO – setores conservadores e reacionários da sociedade – dizem que mudanças podem ser feitas sem precisar de uma nova Carta Magna.

O certo é que esta opção não tem funcionado até agora. A maioria dos chilenos entende que é necessário desterrar os antigos mecanismos da ditadura ainda em vigor e, assim, construir outro país sem esquecer, porquanto a memória histórica de uma nação é importante.

Diferentes pesquisas de opinião revelam que mais de 70 por cento dos eleitores apostam na modificação da Constituição.

Por isso, a principal preocupação é a habitual baixa participação dos votantes. Vale recordar que o Chile exibe uma das taxas mais elevadas de abstencionismo na América Latina. Além disso, poderia influir a Covid-19, sem falar em que a juventude não confia nos partidos, nas instituições e no presidente Sebastián Piñera.

<https://www.radiohc.cu/pt/especiales/comentarios/232876-chile-campanha-de-plebiscito-constitucional>



Radio Habana Cuba